



TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA  
DO ESTADO  
DA BAHIA

# Plano Anual de Auditoria Exercício 2018

**CTJUD**  
CONTROLADORIA DO JUDICIÁRIO

Março de 2018

## SUMÁRIO

---

1. JUSTIFICATIVA	3
2. METODOLOGIA PARA ELEBORAÇÃO DO PLANO ANUAL	4
3. COORDENAÇÃO DE AUDITORIA - COAUD	6
3.1. PROJETOS DE AUDITORIA	6
3.2. OUTRAS ATIVIDADES PREVISTAS	9
4. COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	10
4.1. PROJETOS DE AUDITORIA	10
4.2. OUTRAS ATIVIDADES PREVISTAS	11
5. CONCLUSÃO	12
6 ANEXOS	13
I- Planejamento Sintético das Atividades de Auditoria-COAUD, Exercício 2018	
II- Planejamento Sintético das Atividades de Auditoria-COAUD-COFIS – Exercício 2018	
III - Serventias Seleccionadas para Auditoria de Conformidade Fiscal – Exercício 2018	

## **1. JUSTIFICATIVA**

Nos termos do Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, instituído pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, compete a Controladoria do Judiciário - CTJUD avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e operacional, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia quanto à legalidade, economicidade, eficiência e eficácia; e fiscalizar a arrecadação e o recolhimento das custas, taxas, emolumentos e outras receitas pertencentes ao Poder Judiciário, originários dos serviços judiciais, notariais e de registro, delegados ou oficializados.

Uma nova vertente de atuação da CTJUD, com enfoque em consultoria, se consolida continuamente, para subsidiar os assuntos de gestão em que se verificam a necessidade de se aperfeiçoar a atuação preventiva dos gestores, nas áreas da administração, auxiliando-os no controle da missão institucional, mas sem comprometer a independência e autonomia da Controladoria.

Assim, para que a CTJUD consiga responder aos desafios decorrentes da sua missão, especialmente no que se refere à atuação preventiva, aos ganhos de efetividade, à otimização da arrecadação das custas judiciais e de assessoramento à alta Administração, torna-se imperioso a elaboração de planos de ação para melhor orientar o desenvolvimento do trabalho de fiscalização.

Nesse cenário, em observância ao disposto no inciso II, § 1º, artigo 9º da Resolução nº 171/2013 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, a Controladoria apresenta o Plano Anual de Auditoria Interna-PAAI para o exercício de 2018 com base na metodologia de elaboração do PAAI, atualizado no exercício de 2018, com a inserção de processos auditáveis, constituída pelos projetos e atividades passíveis de verificações, com o objetivo de realizar os projetos de auditoria com o intuito de agregar valor aos processos institucionais.

Ressalte-se que as atividades de auditoria para este exercício foram selecionadas com baseando-se nos riscos estratégicos, regulatórios, financeiros e operacionais do Tribunal, de forma a maximizar o impacto dos resultados às atividades da organização.

## 2. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL

Os projetos de auditoria integrantes deste planejamento foram concebidos visando atender não somente às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e as obrigações inerentes ao Controle Interno, mas também ao aprimoramento dos controles dos serviços desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça, lastreados numa percepção mais acurada dos processos e atividades realizadas, levando-se em consideração as seguintes variáveis:

- **Materialidade** – refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão. O volume de recursos disponíveis no orçamento, por exemplo, é indicador de materialidade.
- **Relevância** – significa a importância relativa ao papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade organizacional, existentes em um dado contexto.
- **Criticidade** – representa o quadro de situações críticas, efetiva ou potencial, a ser controlado, identificadas em uma determinada unidade organizacional ou programa de governo.
- **Risco** – possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

Para tanto foi utilizada, como modelo, a Metodologia para Elaboração do Plano Anual de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Mato Grosso do Sul, apresentada no III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, em junho de 2017, na cidade de Recife-PE.

Importa registrar que esta é a primeira vez que a Controladoria do Judiciário desenvolve seu Plano Anual com base em riscos, fazendo-se algumas modificações na aplicação das planilhas de avaliação do modelo em referência para suprir a ausência de mapeamento dos processos de trabalho e da inexistência de uma Política de Gestão de Riscos formalmente instituída no âmbito deste Tribunal.

As variáveis materialidade, relevância e criticidade foram associadas em uma matriz de risco composta por seis fatores de risco, conforme quadro a seguir:

<b>Critério</b>	<b>Fator de Risco</b>
Materialidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relevância Financeira</li><li>• Variação Orçamentária/Financeira</li></ul>
Relevância	<ul style="list-style-type: none"><li>• Interesse da Gestão</li><li>• Interesse da Auditoria Interna</li></ul>
Criticidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomendações do Controle Externo</li><li>• Lapso entre auditorias</li></ul>

A relevância financeira foi considerada pela atribuição de valor financeiro aos diversos projetos e atividades que compõe o plano de trabalho deste Tribunal, através da relação entre a execução financeira acumulada em setembro/2017 e a sua correspondência aos recursos constantes na proposta orçamentária para o exercício de 2018.

A variação orçamentária/financeira corresponde a projeção da execução financeira acumulada em setembro/2017 na dotação atualizada do ano de 2017 e na proposta orçamentária para 2018, sendo medida pela relação entre estes dois valores. Quanto maior a variação positiva, maior o risco do objeto.

O interesse da gestão caracteriza-se pela preocupação dos gestores em determinado objeto de auditoria. Algumas situações de risco podem ser melhores identificadas pelos gestores e, assim, podem contribuir na escolha dos objetos auditáveis que representam maior risco para a entidade.

A experiência da equipe da auditoria interna também é levada em consideração na identificação dos objetos auditáveis com maior risco para a instituição e é medida por meio de pesquisa realizada aos técnicos acerca das atividades administrativa que demandam maior atenção nos trabalhos da Auditoria Interna.

As recomendações do controle externo consistem nas recomendações do Tribunal de Contas do Estado da Bahia-TCE ou do Conselho Nacional de Justiça-CNJ durante o exercício de 2017.

O lapso entre auditorias demonstra o tempo desde a última auditoria sobre o objeto. Nesse sentido, quanto maior o intervalo entre as auditorias, maior o risco do objeto.

Tal metodologia baseia-se na análise objetiva de fatores de risco que, analisados conjuntamente, fornecem os objetos de auditoria a serem priorizados neste exercício, conforme o Anexo I deste documento.

### **3. COORDENAÇÃO DE AUDITORIA - COAUD**

#### **3.1. PROJETOS DE AUDITORIA**

A principal atividade da COAUD é a realização de auditorias. Para tanto, são executados exames, análises e avaliações metodologicamente estruturadas de forma a permitir a obtenção de informações e conhecimentos para subsidiar as conclusões, opiniões e propostas durante a execução dos trabalhos de auditoria.

O Plano Anual de Auditoria contempla um resumo da programação de trabalho que será executado no exercício de 2018, considerando a realidade do ambiente institucional, dos recursos humanos e materiais disponíveis. Em conformidade com as normas de auditoria, os trabalhos da Coordenação são planejados para um período de 01 (um) ano, coincidindo com o exercício financeiro.

O presente Planejamento Anual foi elaborado considerando a estrutura organizacional da Coordenação de Auditoria e o quantitativo de servidores, conforme detalhamento abaixo:

<b>Cargo</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Observação</b>
Auditor	03	01 servidor em processo de licença para tratar de interesse particular
Técnico Judiciário	02	01 servidor em processo de aposentadoria
Técnico em Administração	01	
Agente de Arrecadação Judiciária	01	Servidor em processo de transferência de lotação
<b>Total</b>	<b>07</b>	

O atual quadro funcional de servidores da Coordenação de Auditoria é insuficiente para cumprir o leque de áreas e objetos suscetíveis de fiscalização, além de carecer de atualização técnica em relação aos objetivos desta Unidade, propostos para as diversas

áreas do Tribunal e elencados no art. 20 do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça.

Além dos trabalhos de auditoria selecionados com base na análise de risco, esta Coordenação possui outras atribuições as quais devem ser cumpridas prioritariamente, quais sejam:

a) O Comitê de Governança do Tribunal de Justiça aprovou, na Segunda Reunião de Análise da Estratégia, a Política da Qualidade compreendendo o seguinte escopo:

i) Serviço de Comunicações Gerais – SECOMGE e do Plantão Judiciário de Segundo Grau, ambas unidades integrantes da 1ª Vice-Presidência;

ii) Cartórios Integrados das Varas de Relação de Consumo e das Varas das Famílias que foram implantados sob a coordenação da Diretoria de 1º Grau.

A implantação do Sistema da Qualidade tem por critério a Norma NBR ISO 9001:2015 da Associação Brasileira das Normas Técnicas-ABNT, cuja certificação dos escopos definidos pela Alta Administração exige a plena satisfação dos requisitos, dentre eles o requisito 9.2 a de realização de auditoria interna a intervalos regulares para prover informação se o sistema da qualidade está conforme com os requisitos do próprio Tribunal de Justiça e da referida Norma.

b) A Resolução nº 171/2013 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ estabelece no seu art. 13 a possibilidade de realização de ações coordenadas de auditoria sob a sua orientação conforme abaixo transcrito:

*Art. 13. Para elaboração dos Planos de Auditoria, deverão ser observadas as diretrizes do CNJ no que tange às Ações Coordenadas de Auditoria, documento que evidenciará as áreas e espécies de auditoria prioritárias para realização, com sugestão de datas estimadas, para aplicação no âmbito de todas as unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.*

Para o presente exercício está prevista a Ação Coordenada com o objetivo de avaliar o Sistema da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Tribunais.

c) A Resolução do Tribunal Pleno nº 05/2013 aprovou o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça estabeleceu no art. 20, XI, que compete a Coordenação de Auditoria a análise e avaliação dos procedimentos contábeis utilizados, com o objetivo de opinar sobre a qualidade e fidelidade das informações prestadas, e sua adequação à legislação aplicável e aos princípios contábeis.

Uma vez que as informações contábeis são consolidadas anualmente, acompanhando o exercício financeiro, foi definido o projeto de auditoria para cumprir com o referido dispositivo regimental.

Considerando estes aspectos, em função do papel institucional e da responsabilidade técnica da área de auditoria, foram considerados os projetos de auditoria a realizar, detalhadas no Anexo I deste Plano, podendo ocorrer o redimensionamento e alterações necessárias, a critério de decisão superior:

- Auditoria Contábil: Análise dos demonstrativos contábeis, relativos ao exercício de 2017, objetivando certificar se os registros foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações contábeis originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio e os resultados do período administrativo;
- Auditoria Operacional: Avaliar as práticas adotadas nas contratações de TIC quanto à conformidade com a Resolução CNJ 211/2015 e a boas práticas, bem como a efetividade dos controles internos relacionados.
- Auditoria de Conformidade: Certificar a observância do fiel cumprimento da Legislação no âmbito dos seguintes processos:
  - a. Concessão de diárias e de verba de adiantamento
  - b. Gestão da Qualidade no Projeto Cartórios Integrados;
  - c. Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicações Gerais – SECOMGE e do Plantão de Segundo Grau;
  - d. Prestação de serviços terceirizado com fornecimento de mão-de-obra residente nas dependências do Tribunal de Justiça;



- e. Aspectos técnicos e legais das obras em execução;
  - f. Gestão da folha de pagamento.
- 
- Ação Coordenada de Auditoria: Avaliar o Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
  - Monitoramento: Acompanhamento das recomendações propostas nos Relatórios das Auditorias realizadas no exercício de 2017.

### 3.2 OUTRAS ATIVIDADES PREVISTAS

- **Acompanhamento do Encerramento dos Exercícios Financeiros** - Consiste em acompanhar o as atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho responsável pelo preenchimento de formulários e reunião dos documentos que compõem a prestação de contas anual do Tribunal de Justiça da Bahia, certificando que nesta encontra-se presente todos os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas da Bahia e que estes foram enviados no prazo determinado.
- **Apoio ao Tribunal de Contas do Estado no exercício de sua Missão Institucional** - O apoio à unidade de controle externo constitui obrigação Constitucional (art.74 CF), com previsão no Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares de Apoio Técnico Administrativo, operacionalizado através do encaminhamento de solicitação de processos e informações, participação em reuniões com os gestores para dirimir dúvidas, além de acompanhamento das sugestões, notificações, consultas e respostas às desconformidades apontadas nos Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE, objetivando sanar as pendências e a implementação das recomendações propostas.

#### 4. COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COFIS

##### 4.1. PROJETOS DE AUDITORIA FISCALIZATÓRIA

O Planejamento Anual de Auditoria Fiscalizatória evidencia as ações e atividades da Coordenação de Orientação e Fiscalização da Controladoria do Judiciário programadas para o exercício de 2018, considerados os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, bem como o ambiente e logística de execução dos trabalhos, com o objetivo de cumprir sua missão institucional de orientar e fiscalizar os Ofícios e Serventias da Justiça quanto ao cumprimento das normas relativas à arrecadação de custas, taxas e emolumentos.

Os recursos humanos da Coordenação de Orientação e Fiscalização disponíveis para o cumprimento das ações e atividades programadas para o Exercício de 2018, segue detalhado no quadro abaixo indicado:

<b>CARGO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TURNO</b>
AUDITORES	8	07 horas
AGENTE DE ARRECADAÇÃO	3	07 horas
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	1	07 horas
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	

O atual quadro funcional de servidores da Coordenação de Orientação e Fiscalização é insuficiente considerando o grande número de serventias judiciais e extrajudiciais, distribuídas por todo o estado da Bahia, sujeitas à fiscalização. Além disso, é de suma importância a atualização técnica dos servidores desta Coordenação, principalmente por meio da participação em cursos e congressos relacionados aos objetivos desta Unidade.

Na execução das ações e atividades, sempre que possível, preservando-se a qualidade técnica dos trabalhos, haverá rodízio entre os técnicos dos trabalhos de fiscalização e orientação dos Ofícios e Serventias, bem como nos atendimentos às consultas referentes ao correto e suficiente pagamento/recolhimento das custas e taxas judiciais e extrajudiciais.

Foram selecionadas 121 (cento e vinte e uma) unidades cartorárias para serem auditadas em 2018, a partir da composição de variáveis, conforme art. 12 da Resolução n ° 171 do CNJ, a seguir descritas:

- **Criticidade** – 113 (cento e treze) Serventias não contempladas com projetos de fiscalização nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.
- **Materialidade** – 35 (trinta e cinco) Serventias judiciais e extrajudiciais com arrecadação superior a um milhão de reais apurados no exercício de 2016.
- **Risco** – 78 (setenta e oito) Serventias extrajudiciais que arrecadam valores em espécie, originário da prática dos atos de autenticação de documentos, reconhecimento de firma e sinal público, bem como pelo primeiro cartão de assinatura.
- **Relevância** – 93 (noventa e três) Serventias ainda administradas pelo TJBA, ocupadas por servidores substitutos, que foram objeto de delegação por meio de Concurso Público de provas e títulos.

Além dos critérios elencados, poderão ser realizadas auditorias fiscalizatórias especiais demandadas pelas Corregedorias da Justiça, Magistrados, COARC - Coordenação de Arrecadação ou outras unidades administrativas afins e correlatas, bem como pela própria Coordenação de Orientação e Fiscalização no curso de suas atividades, respeitado o quantitativo de técnicos.

No anexo II estão relacionadas as Unidades Cartorárias que serão fiscalizadas, de acordo com os critérios acima estabelecidos, podendo ocorrer o remanejamento das equipes de trabalho para executar projetos especiais, a critério de decisão superior.

#### **4.2. OUTRAS ATIVIDADES PREVISTAS**

- Monitoramento à distância das unidades extrajudiciais já contempladas com o Sistema Selo Digital, especialmente no que tange a selagem eletrônica e à confirmação manual de pagamento dos DAJES emitidos;

- Encaminhamento à SEFAZ de processos com custas judiciais pendentes para inscrição em Dívida Ativa;
- Esclarecimentos e pronunciamentos sobre dúvidas referentes ao correto pagamento/recolhimento de taxas e emolumentos;
- Instrução e acompanhamento das dívidas de taxas com parcelamentos deferidos;
- Subsidiar os técnicos da SETIM com informações sobre os processos/atividades da COFIS, objetivando o desenvolvimento de Sistema Informatizado próprio, destinado ao acompanhamento e controle das auditorias fiscais, controle da instrução dos processos administrativos de cobranças (PAC) e consultas fiscais.

Para o desenvolvimento das atividades, considerado o quadro de pessoal de 12 (doze) servidores lotados na Coordenação, estimou-se 14.952 horas disponíveis para execução da atividades e ações.

## **5. CONCLUSÃO**

Na Administração Pública a auditoria tem-se destacado como um importante instrumento que proporciona à gestão as ferramentas para garantir o bom gerenciamento das ações dos administradores, principalmente pela orientação e vigilância, corroborando com medidas que busquem minimizar possíveis falhas dos atores/gestores dos processos organizacionais.

Na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, a CTJUD representa um órgão de assessoramento direto da Presidência, responsável pelas atividades de avaliação da gestão e fiscalização das custas e emolumentos, tendo como foco central a preservação dos ativos e a busca permanente do cumprimento das normas administrativas e legais.

Deste modo, a CTJUD orienta a Administração no sentido de adotar boas práticas de gestão, fundamentada em documentos, análises de processos e demais informações constantes das rotinas das atividades de controle.

O presente Plano Anual de Auditoria elenca de forma geral os temas e processos a serem examinados pelas Coordenações da CTJUD no transcorrer do exercício de 2018, que podem

ser utilizados tanto para a avaliação diagnóstica quanto para o desenvolvimento institucional, mormente no que diz respeito ao cumprimento dos referidos princípios constitucionais da Administração Pública.

Devido a especialização das atividades desenvolvidas, impõe-se a necessidade de capacitação do corpo técnico desta Controladoria, objetivando instrumentá-lo quanto à operacionalização dos trabalhos de Auditoria e matérias afins, o que exigirá a compatibilização dos treinamentos ao cronograma de atividades de modo a não prejudicar o andamento dos projetos propostos.

Diante do exposto, solicitamos a Vossa Excelência a aprovação deste planejamento para o exercício de 2018 e a sua publicação no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça da Bahia.

## **6. ANEXOS**

I- Planejamento Sintético das Atividades de Auditoria-COAUD – Exercício 2018

II - Serventias Selecionadas para Auditoria de Conformidade Fiscal – Exercício 2018

Salvador, 07 de março de 2018

**Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza**  
*Controladora-Chefe*

**Maurício de Oliveira e Silva**  
*Coordenador de Auditoria*

**Ricardo Neri Franco**  
*Coordenador de Orientação e Fiscalização*

**Anexo I**  
**Coordenação de Auditoria**  
**Planejamento Sintético das Atividades de Auditoria**  
**Exercício 2018**

<b>Nº</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>Tipo/Forma</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Alinhamento</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
<b>1</b>	<b>Área:</b> Contratações Públicas  <b>Assunto:</b> Fornecimento de microcomputadores padrão mini desktop.	Operacional	Avaliar as práticas adotadas nas contratações de TIC quanto à conformidade com a Resolução CNJ 211/2015 e a boas práticas, bem como a efetividade dos controles internos relacionados.	A Meta 16 do Planejamento Estratégico tem por escopo o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira, que por sua vez perpassa pela garantia da economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição de todos os materiais, bens e serviços. Por isso é importante a avaliação dos controles internos relativos às contratações realizadas pelo Tribunal de Justiça.	Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, VI.	Mar	Abr
<b>2</b>	<b>Área:</b> Controles da Gestão.  <b>Assunto:</b> Processo de Contas 2017	Contábil	Analisar os demonstrativos contábeis, relativos ao exercício de 2016, objetivando certificar se os registros foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, com a legislação e se as demonstrações contábeis originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio	A necessidade de se verificar a qualidade e fidelidade das informações dos demonstrativos contábeis do Tribunal de Justiça, bem como a sua adequação à legislação aplicável e aos princípios contábeis vigentes, caracteriza a relevância suficiente para justificar a realização de uma ação de controle.	Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, XI  Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021	Abr	Jun
<b>3</b>	<b>Área:</b> Controles da Gestão.  <b>Assunto:</b> Concessão de diárias e de verba de adiantamento	Conformidade	Verificar os procedimentos adotados pela Administração na concessão de diárias e de verba de adiantamento.	O macrodesafio aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira, previsto na Meta 16 do Planejamento Estratégico, envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, motivo pelo qual se faz necessário realizar uma ação de controle nessa despesa.	Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça – Meta 16  Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021	Mar	Abr

Nº	Descrição Sumária	Tipo/Forma	Objetivo	Justificativa	Alinhamento	Início	Fim
4	<p><b>Área:</b> Estratégia institucional</p> <p><b>Assunto:</b> Governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação</p>	Auditoria coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça	Avaliar o Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.	A adequação dos conteúdos dos planos de tecnologia da informação, dos controles de governança, de gestão, de riscos e de resultados de TI aos padrões internacionalmente aceitos, às resoluções CNJ ao perfil de governança de TI traçado pelo TCU fortalece uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.	<p>Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça-CNJ</p> <p>Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021.</p>	Mai	Jun
5	<p><b>Área:</b> Controle da Gestão</p> <p><b>Assunto:</b> Gestão da qualidade no Projeto Cartórios Integrados</p>	Conformidade	Avaliar o nível de aderência aos requisitos da Norma ABNT ISO 9001:2015	Atender o requisito 9.2 Auditoria Interna da Norma ABNT ISO 9001:2015	Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, V.	Jul	Ago
6	<p><b>Área:</b> Controle da Gestão</p> <p><b>Assunto:</b> Gestão da qualidade no Serviços de Comunicações Gerais – SECOMGE, no Plantão Judiciário de Segundo Grau e na Gestão Administrativa do Gabinete da 1ª Vice Presidência.</p>	Conformidade	Avaliar o nível de aderência aos requisitos da Norma ABNT ISO 9001:2015	Atender o requisito 9.2 Auditoria Interna da Norma ABNT ISO 9001:2015	Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, V.	Jul	Ago

<b>Nº</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>Tipo/Forma</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Alinhamento</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
7	<p><b>Área:</b> Controle da Gestão.</p> <p><b>Assunto:</b> Acompanhamento das recomendações propostas nos Relatórios de Auditoria</p>	Monitoramento	Verificar e informar o atendimento às deliberações da Unidade de Auditoria Interno e suas consequências na gestão do Tribunal de Justiça.	O atendimento das recomendações da unidade de controle interno contribui para o fortalecimento do ambiente de controle e aprimoramento da gestão.	<p>Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, VI</p> <p>Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021</p>	Fev	Dez
8	<p><b>Área:</b> Contratações Públicas</p> <p><b>Assunto:</b> Terceirização de mão-de-obra</p>	Conformidade	Verificar as condições de trabalho, a execução, a entrega do objeto e a regularidade trabalhista nos contratos de prestação de serviço com mão-de-obra residente nas dependências do Tribunal de Justiça.	As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, cujos controles internos fortalecidos contribuem para a eficiência, economicidade e efetividade da contratação e a mitigação do risco de responsabilização subsidiária derivado da contratação.	<p>Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça – Meta 15</p> <p>Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021</p>	Set	Nov
9	<p><b>Área:</b> Controles da Gestão.</p> <p><b>Assunto:</b> Obras públicas</p>	Conformidade	Avaliar os aspectos técnicos e legais das obras em execução, os custos e os preços de orçamentos das obras.	Confirmar a aderência das obras executadas pelo Tribunal de Justiça à Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça.	<p>Resolução 05/2015 - Regimento dos Órgão Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça- art. 20, VI</p> <p>Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021</p>	Set	Nov



Nº	Descrição Sumária	Tipo/Forma	Objetivo	Justificativa	Alinhamento	Início	Fim
10	<b>Área:</b> Controle da Gestão.  <b>Assunto:</b> Gestão da folha de pagamento	Conformidade	Verificar se a correção e a atualização da tabela de Plano de Cargos e Salários-PCS do Poder Judiciário, ocorridas em Outubro de 2017, e o cumprimento do teto constitucional estão em conformidade com a legislação pertinente.	A aplicação dos reajustes lineares sobre a tabela do Plano de Cargos e Salários, a partir de julho/2008, corrigiu e atualizou as tabelas de vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário, motivo pelo qual se faz necessário uma ação de controle, a fim de verificar as condições, a referência do vencimento do servidor com os valores estabelecidos pela legislação, bem como se a estrutura remuneratória dos magistrados, servidores, ativos e inativos, encontram-se observa as regras do teto constitucional.	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021	Set	Dez

**Anexo II**  
**Serventias Selecionadas para Auditoria de Conformidade Fiscal**  
**Exercício 2018**

COD	CARTÓRIO	COMARCA	DISTRITO	VARIÁVEIS			
				CRITICIDADE	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA
2864	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ABARÉ	ABARÉ	X		X	X
1976	TABELIONATO 2º OFICIO DE NOTAS	ALAGOINHAS	ALAGOINHAS	X		X	X
1969	PROTESTO DE TÍTULOS	ALAGOINHAS	ALAGOINHAS	X	X		X
2512	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ALCOBAÇA	ALCOBAÇA	X		X	X
0151	TABELIONATO COM FUNÇÃO DE PROTESTO	AMÉRICA DOURADA	AMÉRICA DOURADA	X		X	X
1163	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ANAGÉ	ANAGÉ	X		X	X
1995	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	APORÁ	APORÁ	X		X	X
2186	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	ARACI	ARACI	X			X
2300	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	AURELINO LEAL	AURELINO LEAL	X		X	X
0271	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BAIXA GRANDE	BAIXA GRANDE	X		X	X
0758	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BARRA	BARRA	X		X	X
0530	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BARRA DA ESTIVA	BARRA DA ESTIVA	X		X	X
0528	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	BARRA DA ESTIVA	BARRA DA ESTIVA	X			X
0160	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BARRA DO MENDES	BARRA DO MENDES	X		X	X
1294	TABELIONATO 1º OFICIO DE NOTAS	BARREIRAS	BARREIRAS	X	X	X	
1288	PROTESTO DE TÍTULOS	BARREIRAS	BARREIRAS	X	X		
1291	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	BARREIRAS	BARREIRAS	X	X		
2519	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BELMONTE	BELMONTE	X		X	X
0905	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BOA NOVA	BOA NOVA	X		X	X
0278	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BOA VISTA DO TUPIM	BOA VISTA DO TUPIM	X		X	X
1373	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	BOM JESUS DA LAPA	BOM JESUS DA LAPA	X	X		X
0769	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BOQUIRA	BOQUIRA	X		X	X
0914	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BREJÕES	BREJÕES	X		X	X
0777	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BROTAS DE MACAÚBAS	BROTAS DE MACAUBAS	X		X	X
0541	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BRUMADO	BRUMADO		X	X	0
2309	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	BUERAREMA	BUERAREMA	X		X	X
0637	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CACULÉ	CACULÉ	X		X	X

COD	CARTÓRIO	COMARCA	DISTRITO	VARIÁVEIS			
				CRITICIDADE	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA
0647	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CAETITÉ	CAETITÉ	X		X	X
0336	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CALDEIRÃO GRANDE	CALDEIRÃO GRANDE	X		X	X
1442	REGISTRO CIVIL COM FUNCÕES NOTARIAIS	CAMAÇARI	ABRANTES	X	X	X	
1449	TABELIONATO 2º OFICIO DE NOTAS	CAMAÇARI	CAMAÇARI	X		X	X
1446	REGISTRO DO 2 OFICIO DE IMOVEIS	CAMAÇARI	CAMAÇARI	X	X		
1444	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	CAMAÇARI	CAMAÇARI	X	X		
2682	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CAMAMU	CAMAMU	X		X	X
2331	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CANAVIEIRAS	CANAVIEIRAS	X		X	X
1466	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CANDEIAS	CANDEIAS	X		X	X
1187	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CÂNDIDO SALES	CÂNDIDO SALES	X		X	X
2057	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CANUDOS	CANUDOS	X		X	X
2777	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CASA NOVA	CASA NOVA	X		X	X
2775	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	CASA NOVA	CASA NOVA	X			X
1475	PROTESTO DE TÍTULOS	CATU	CATU	X			X
0180	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CENTRAL	CENTRAL	X		X	X
2872	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CHORROCHÓ	CHORROCHÓ	X		X	X
2344	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	COARACI	COARACI	X		X	X
0555	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CONDEÚBA	CONDEÚBA	X		X	X
1393	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	CORIBE	CORIBE		X		
1311	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	COTEGIPE	COTEGIPE	X		X	X
1804	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	CRUZ DAS ALMAS	CRUZ DAS ALMAS	X		X	X
2011	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ENTRE RIOS	ENTRE RIOS	X		X	X
2020	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ESPLANADA	ESPLANADA	X		X	X
2068	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	EUCLIDES DA CUNHA	EUCLIDES DA CUNHA	X		X	X
2538	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	EUNÁPOLIS	EUNÁPOLIS		X	X	
2536	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	EUNÁPOLIS	EUNÁPOLIS	X	X		
0034	PROTESTO DE TÍTULOS	FEIRA DE SANTANA	FEIRA DE SANTANA	X	X		X
2691	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	GANDU	GANDU	X		X	X
1812	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	GOVERNADOR MANGABEIRA	GOVERNADOR MANGABEIRA	X		X	X
0671	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	GUANAMBI	GUANAMBI		X	X	
0669	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	GUANAMBI	GUANAMBI		X		
0285	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	IAÇU	IAÇU	X		X	X

COD	CARTÓRIO	COMARCA	DISTRITO	VARIÁVEIS			
				CRITICIDADE	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA
1204	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	IGUAÍ	IGUAÍ	X		X	X
2386	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	ILHÉUS	ILHÉUS	X			X
2387	REGISTRO DO 1º OFICIO DE IMÓVEIS	ILHÉUS	ILHÉUS		X		X
2383	PROTESTO DE TÍTULOS	ILHÉUS	ILHÉUS	X	X		X
0213	TABELIONATO 2º OFICIO DE NOTAS	IRECÊ	IRECÊ	X		X	X
0212	TABELIONATO 1º OFICIO DE NOTAS	IRECÊ	IRECÊ	X		X	X
0298	PROTESTO DE TÍTULOS	ITABERABA	ITABERABA	X			X
0301	REGISTRO DO 2º OFICIO DE IMÓVEIS	ITABERABA	ITABERABA	X			X
2418	PROTESTO DE TÍTULOS	ITABUNA	ITABUNA	X	X		X
2421	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	ITABUNA	ITABUNA	X			X
2425	TABELIONATO 2º OFICIO DE NOTAS	ITABUNA	ITABUNA		X	X	
2452	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ITACARÉ	ITACARÉ	X		X	X
0950	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	ITAGIBÁ	ITAGIBÁ	X		X	X
1819	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	ITAPARICA	ITAPARICA	X			X
0851	REGISTRO DO 1º OFICIO DE IMÓVEIS	ITAPETINGA	ITAPETINGA	X			X
0359	PROTESTO DE TÍTULOS	JACOBINA	JACOBINA	X			X
0488	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	JAGUARARI	JAGUARARI	X			X
0999	REGISTRO DO 2º OFICIO DE IMÓVEIS	JEQUIÉ	JEQUIÉ		X		X
0994	PROTESTO DE TÍTULOS	JEQUIÉ	JEQUIÉ	X			X
2799	PROTESTO DE TÍTULOS	JUAZEIRO	JUAZEIRO	X	X		
0238	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	LAPÃO	LAPÃO	X		X	X
0700	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	LICÍNIO DE ALMEIDA	LICÍNIO DE ALMEIDA	X		X	X
1028	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	MARACÁS	MARACÁS	X		X	X
1026	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	MARACÁS	MARACÁS	X			X
1861	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	MARAGOJIPE	MARAGOJIPE	X		X	X
2727	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	MARAÚ	MARAÚ	X		X	X
2609	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	MEDEIROS NETO	MEDEIROS NETO	X		X	
2082	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	MONTE SANTO	MONTE SANTO	X		X	X
1890	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	NAZARÉ	NAZARÉ	X		X	X
0588	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	PARAMIRIM	PARAMIRIM	X		X	X
2906	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	PAULO AFONSO	PAULO AFONSO	X	X	X	
2829	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	PILÃO ARCADE	PILÃO ARCADE	X		X	X

COD	CARTÓRIO	COMARCA	DISTRITO	VARIÁVEIS			
				CRITICIDADE	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA
2180	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	RIBEIRA DO POMBAL	RIBEIRA DO POMBAL	X		X	X
2037	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	RIO REAL	RIO REAL	X		X	X
1561	PROTESTO DO 1º OFICIO TÍTULOS	SALVADOR	SALVADOR	X	X		
1562	PROTESTO DO 2º OFICIO TÍTULOS	SALVADOR	SALVADOR	X	X		
1563	PROTESTO DO 3º OFICIO TÍTULOS	SALVADOR	SALVADOR	X	X		
1564	PROTESTO DO 4º OFICIO TÍTULOS	SALVADOR	SALVADOR	X	X		
1653	13ª VARA DE RELAÇÕES DE CONSUMO	SALVADOR	SALVADOR	X			
3111	18ª VARA DE RELAÇÕES DE CONSUMO	SALVADOR	SALVADOR	X			
1414	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	SANTA MARIA DA VITÓRIA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	X		X	X
1925	TABELIONATO 2º OFICIO DE NOTAS	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SANTO ANTONIO DE JESUS	X		X	X
1921	REGISTRO DO 1º OFICIO DE IMÓVEIS	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SANTO ANTONIO DE JESUS	X			X
1919	PROTESTO DE TÍTULOS	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SANTO ANTONIO DE JESUS	X	X		
1922	REGISTRO DO 2º OFICIO DE IMÓVEIS	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	SANTO ANTONIO DE JESUS	X			X
1538	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	X		X	X
1147	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNCÃO DE PROTESTO	SEABRA	SEABRA	X		X	X
2851	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	SENTO SÉ	SENTO SÉ	X		X	X
2276	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	SERRINHA	SERRINHA	X		X	X
1545	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	SIMÕES FILHO	SIMÕES FILHO	X	X	X	
1543	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	SIMÕES FILHO	SIMÕES FILHO	X	X		
0624	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	TANHAÇU	TANHAÇU	X		X	X
2669	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	TEIXEIRA DE FREITAS	TEIXEIRA DE FREITAS	X	X	X	
2667	REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E DOCUMENTOS	TEIXEIRA DE FREITAS	TEIXEIRA DE FREITAS	X	X		
2505	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	URUÇUCA	URUÇUCA	X		X	X
2756	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	VALENÇA	VALENÇA	X		X	X
2293	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	VALENTE	VALENTE	X		X	X
1247	PROTESTO DE TÍTULOS	VITÓRIA DA CONQUISTA	VITÓRIA DA CONQUISTA	X	X		X
1255	TABELIONATO 3º OFICIO DE NOTAS	VITÓRIA DA CONQUISTA	VITÓRIA DA CONQUISTA	X	X	X	
1251	REGISTRO DO 1º OFICIO DE IMÓVEIS	VITÓRIA DA CONQUISTA	VITÓRIA DA CONQUISTA	X	X		X
1252	REGISTRO DO 2º OFICIO DE IMÓVEIS	VITÓRIA DA CONQUISTA	VITÓRIA DA CONQUISTA	X	X		X
0263	TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO	XIQUE-XIQUE	XIQUE-XIQUE	X		X	X